

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Jansen - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda os efeitos devastadores do *crack* nos usuários e nas pessoas que se relacionam com eles.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta a deputada Ana Paula Lima pela abordagem.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Solidariza-se com as considerações da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Denuncia atentado contra estabelecimento comercial do ex-deputado Francisco de Assis; lamenta a força e a extensão da estiagem que assola várias regiões catarinenses.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Elogia o Hospital Universitário que está realizando cirurgias de implante coclear; destaca a participação do Ministério Público na discussão

sobre as atribuições legais dos bombeiros militares, comunitários e voluntários.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Defende a ação do policial de Santa Catarina contra a criminalidade.

Partidos Políticos

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Informa reunião técnica da comissão de Segurança com a presença do Ministério Público; lamenta agressão sofrida pelo deputado Darci de Matos.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Lembra o Dia do Jornalista e o Dia Mundial da Saúde.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comemora o recebimento do prêmio Destaque 2012, conferido pelo grupo Cipa, de São Paulo, pelos 40 anos de luta em favor dos bombeiros voluntários em SC.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Informa sua participação no evento Jaguaruna sem drogas; deseja feliz Páscoa aos catarinenses.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Minimiza a polêmica sobre a não-doação, pela UFSC, de área destinada à duplicação de parte da rua Antônio Edu Vieira, em Florianópolis; elogia ações do governador; exalta a organização do 13º Rodeio Nacional e Internacional, em Maravilha.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Comenta projeto de sua autoria que entrega laboratórios de informática para entidades sociais.

Ordem do Dia

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra tentativa de agressão por parte de coronel do Corpo de Bombeiros Militar.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Mostra-se indignado com a tentativa de agressão a um parlamentar.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Pedes providências da Mesa Diretora contra o agressor do deputado Dirceu Matos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Refere-se às indicações de sua autoria.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados e deputadas.

Passaremos às Breves Comunicações.

Gostaria que o deputado Nilson Gonçalves presidisse os trabalhos para que esta deputada possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra a primeira oradora inscrita, sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, cumprimento também os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

O assunto, sr. presidente, que me traz à tribuna na tarde desta quarta-feira é manifestar minha indignação, piedade e revolta e a necessidade de atacar um grave problema social em parceria com a comunidade e as várias esferas de governo.

Inicialmente iremos assistir a um vídeo que vamos reproduzir agora, que é uma peça da campanha do ministério da Saúde que mostra os impactos sociais do uso do *crack*.

(Procede-se à execução do vídeo.)

Bom, senhoras e senhores, o meu objetivo é chamar a atenção do quanto é grave e impactante na

nossa sociedade o uso dessa droga, cujas consequências são devastadoras.

Todos os dias e a toda hora a imprensa traz notícias sobre casos assustadores, chocantes relacionados ao uso do *crack*. Todos os dias vemos nas páginas dos jornais uma matéria sobre essa droga que está acabando, primeiramente, com o indivíduo, depois com a família e agora, em grande escala, com a sociedade.

Na cidade de Blumenau, poucos dias atrás, um neto matou o avô, e tudo indica que a violência foi causada pela dependência do *crack*. O sr. Alfredo José Gonçalves, um homem valoroso, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Ele tinha 73 anos e convivia, há algum tempo, com o drama da dependência química de seu neto. Ele me confidenciou algumas vezes sobre a problemática e falou que nunca havia sofrido tanto na vida. Infelizmente, dias atrás acabou sendo vítima do *crack*, não do neto, porque a droga transforma, distorce a personalidade do usuário.

A imprensa fez questão de destacar nas matérias que se tratava, infelizmente, de um rapaz que fora adotado. Ora, senhoras e senhores, o destaque deveria ter sido dado à causa, o *crack*, não ao fato de ele ser adotado.

É urgente que haja políticas públicas que ajudem a sociedade a enfrentar esse grave problema. O nosso mandato tem priorizado o debate com os demais setores. Já apresentamos projetos de lei, realizamos seminários e audiências públicas sobre esse tema; também realizamos visitas a cidades como São Bernardo do Campo, que é referência no combate e na prevenção à droga.

Hoje mesmo, na comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado, srs. deputados, um projeto de autoria desta deputada destinando recursos para tratamento e prevenção ao uso das drogas. Temos projetos que propõem que recursos do Fundo Social sejam usados para o tratamento de dependentes químicos; também apresentamos um projeto de lei que propõe a destinação de, no mínimo, 10% dos recursos estaduais para propaganda institucional,

através de campanhas educativas e de prevenção ao uso de drogas.

Também apresentamos o projeto que denomina o crack "pedra da morte". Existem campanhas em vários locais do país, a exemplo da realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul. Ela mata, a pedra mata a dignidade da pessoa, a convivência familiar, as pessoas que trabalham. A pedra mata e matou o sr. Alfredo Gonçalves quando o neto cometeu um assassinato por causa da dela.

Por esse motivo, na questão das drogas e especificamente do crack, é preciso fazer algo impactante, deputado Manoel Mota. É necessário um choque que dê resultado, como o que foi feito com o cigarro.

Uma pesquisa do ministério da Saúde divulgada em 2011 concluiu que o tabagismo continua em declínio no Brasil, ao contrário do consumo de bebidas alcoólicas, que continua crescendo cada vez mais. De acordo com a pesquisa, o índice de tabagistas caiu de 16% entre os adultos, no ano de 2006, para 15% em 2010. Nesses quatro últimos anos, a tendência de queda do percentual de adultos que fumam foi mantida, primeiro porque houve uma campanha maciça em cima dos fumantes, mostrando o quanto é prejudicial o uso do cigarro.

A mesma coisa tem que ser feita com relação ao crack. As pessoas não se ligaram no prejuízo que está causando ao indivíduo, à família e à sociedade.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte rapidamente ao deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar a deputada Ana Paula Lima e dizer que o projeto de v.exa. que trata do crack. Entendi ser o projeto inconstitucional porque gera despesa. Pedi vistas do projeto, que é de uma importância tão grande que reconsiderarei minha decisão e dei parecer favorável. Aprovamos na comissão e vamos aprová-lo nesta Casa. Se o

governo entender que deve vetar, que mande um igualzinho para cá.

Agora, precisamos chamar a atenção para essa questão, porque o *crack* está destruindo a nossa juventude. Por isso alguma medida precisa ser tomada, e este Parlamento está fazendo isso.

Quero cumprimentar v.exa. e dizer que o projeto é fundamental para chamar a atenção sobre o perigo que estamos passando e a situação que está enfrentando a juventude no estado e no Brasil.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputado.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputada, quero reforçar a importância do projeto que v.exa. apresentou e que aprovamos hoje na comissão de Finanças e Tributação. O projeto destina parte da verba orçamentária justamente para as campanhas de esclarecimento sobre os perigos do consumo do *crack*.

Parabéns a v.exa.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada! É tamanha a importância e a gravidade do problema, que precisamos estar juntos nessa luta...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero registrar a presença do grande prefeito de Coronel Freitas, sr. Mauri José Zucco, que está-nos prestigiando no dia de hoje.

Sr. presidente, recebi agora informações de Joinville, onde, por volta das 3h, segundo a Polícia Militar que recebeu várias chamadas de vizinhos, foi jogada uma bomba no bar de um

companheiro, o ex-deputado Francisco de Assis, que foi presidente da Conurb. Felizmente ninguém foi ferido, pois era madrugada e o bar estava fechado. É um fato que precisa ser deplorado, pois não podemos admitir esse tipo de ação em Santa Catarina, deputado Sargento Amauri Soares!

Há poucos dias foi morto um vereador em Chapecó, e agora mais um fato que deixa um companheiro inseguro, pois poderia ter sido atingido pela bomba em seu estabelecimento.

Espero que não seja nenhuma perseguição ao companheiro, porque ontem ainda estive com o vice-presidente do Tribunal de Justiça sobre a ação de uma empresa que cobra os estacionamento.

Há vários problemas de insegurança na cidade em função de questões jurídicas que precisam ser resolvidas. Refiro-me à falta de pagamento dessa empresa para com a prefeitura, pois há dois anos vem-se negando a pagar a prefeitura, a qual precisa receber os recursos arrecadados no estacionamento.

Mas quero usar o meu tempo, sr. presidente, para falar sobre um problema sério que estamos passando mais uma vez no oeste catarinense, que é a estiagem. A cada dia que passa a situação piora. A previsão não é nada animadora, a curto prazo, para termos chuva na região. A situação é muito grave. Há municípios que estão transportando toda a água para a população, como o caso de Pinhalzinho e outros. Na cidade, inclusive, não existe mais água.

Além disso, há todas as perdas na agricultura. Os produtores perderam a safra principal e agora estão perdendo a safrinha, que foi plantada no mês de janeiro, ocasião em que choveu um pouco. Ontem tivemos a presença, na comissão de Defesa Civil desta Casa, do ex-senador Geraldo Althoff, secretário da Defesa Civil, e também do secretário da Agricultura, deputado João Rodrigues. Durante a reunião falou-se que o risco na agricultura está em torno de 30%. É um alto risco!

A situação ficou muito preocupante, já que é a região de maior produção de alimentos do nosso estado e uma das maiores do Brasil. Com esse nível

de risco, a agricultura familiar não se sustenta. Por isso, temos que trabalhar para que, de fato, o estado e a união contribuam.

Levantando os dados, srs. deputados, vimos que houve 10.800 comunicados de perdas de agricultores, sendo que 2.253 processos já foram pagos no âmbito da agricultura familiar. De indenizações foram pagos R\$ 15,461 milhões. De recursos próprios, R\$ 3,278 milhões e de financiamentos amortizados, R\$ 1,183 milhão.

Além disso, existem outros programas e quero aproveitar para dizer que houve um acordo com a união no sentido de repassar para o estado R\$ 20 milhões, R\$ 10 milhões emergenciais, sendo que já foram liberados R\$ 3,187 milhões. Na última quinta-feira o estado apresentou um plano de trabalho para os recursos restantes, aproximadamente R\$ 6 milhões.

Há ainda R\$ 10 milhões para a perfuração de poços artesianos, um projeto mais de longo prazo. O secretário, inclusive, garantiu-nos ontem que estão preparando a entrega do projeto em Brasília.

Sr. presidente, entendemos que algumas políticas são importantes. Tivemos um debate na última quinta-feira com o ministro Pepe Vargas, que ficou de dar um retorno na próxima semana sobre a pauta entregue juntamente com os movimentos sociais. Esperamos que na semana que vem tenhamos alguma notícia sobre mais ajuda para os agricultores familiares.

Srs. deputados, hoje estamos apresentando um requerimento solicitando anistia para os agricultores inseridos no programa Troca-Troca, já que o estado do Rio Grande do Sul anistiou os agricultores familiares. Está-se criando um programa de renda - em torno de R\$ 40 milhões - para ajudar os agricultores familiares.

Entendemos que Santa Catarina precisa ampliar o seu volume de recursos. Segundo o que se apresentou ontem na comissão, o estado até agora assumiu o compromisso de alocar R\$ 8 milhões, mas achamos que é preciso ampliar esse valor. E estamos propondo a criação de um programa para a construção de cisternas, sendo que o governo do

estado precisa, no mínimo, isentar do ICMS os insumos dessas obras. Esse é um programa importante para os agricultores poderem armazenar água nas suas propriedades.

Hoje o estado participa pagando parte dos juros dos recursos do Pronaf, mas precisa ir mais longe porque os agricultores acabam financiando as instalações e as cisternas e é preciso amenizar o impacto da estiagem.

Nós estamos, sim, cobrando uma participação maior do estado. Santa Catarina teve uma perda enorme e o governo falar em menos de R\$ 10 milhões não é possível!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidores da Casa, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta tarde de quarta-feira.

Gostaria de trazer a prestação de contas de uma atividade pequena que ajudamos a desenvolver aqui nos últimos anos. Há três anos trouxemos, inclusive para esta tribuna, um debate e também encaminhamos uma moção aos ministérios da Saúde e da Educação, com vistas à instalação no Hospital Universitário de Santa Catarina de uma modalidade de transplante auditivo, chamada de implante coclear, uma tecnologia norte-americana que não era utilizada neste estado, apenas alguns estados da federação.

O Hospital da UFSC tinha todas as condições de instalar esse serviço. Nós recebemos em nosso gabinete, acompanhado do professor Felipe, o dr. Cláudio Ikino, que é professor da UFSC, médico e trabalha no Hospital Universitário, que é um hospital escola.

Há possibilidade, conhecimento e capacidade técnica por parte das equipes médicas e do pessoal de enfermagem do HU para fazer a instalação do implante coclear no estado de Santa Catarina. Inclusive, já existia espaço físico reservado, mas

era necessária a autorização do ministério da Saúde para que viesse a funcionar.

Faz algum tempo que está - já era para eu ter feito este registro no ano passado, mas acabou passando por falta também de tempo - sendo realizado esse serviço no HU. Então, as pessoas com problemas de audição, inclusive problemas agudos, pessoas que talvez nunca tenham ouvido, podem fazer essa cirurgia e ter a audição recuperada ou constituída, no caso daqueles que nunca a tiveram.

Isso está sendo realizado também no Hospital Universitário, que é um hospital, evidentemente 100% público, talvez o único hospital em que a pessoa chega e ninguém lhe pergunta se tem documento, se tem plano de saúde, de que cidade veio, em que posto de saúde se trata e nem de qual país veio. O Hospital Universitário pede um documento simplesmente para identificar a pessoa que deu entrada.

Então, quero fazer o registro de que um hospital público está fazendo a cirurgia de implante coclear para deficientes auditivos, uma tecnologia bastante avançada.

É muito bom falarmos aqui sobre esse assunto, porque quase sempre falamos aqui dos problemas do serviço público, agora estamos falando das soluções no serviço público. Por certo a fila é imensa, porque há muitos deficientes auditivos no estado de Santa Catarina, mas vale a pena esperar. Evidentemente que outros hospitais e clínicas também fazem outros implantes, mas esse é realizado apenas no Hospital Universitário, e este Parlamento teve a oportunidade de aprovar uma moção no sentido de garantir esse serviço à população catarinense.

Portanto, esta é uma prestação de contas e uma forma de agradecer o apoio e de parabenizar o dr. Cláudio Ikino, o professor Felipe e os todos profissionais que trabalham nessa área do HU da Universidade Federal de Santa Catarina.

Mas quero repercutir aqui, sr. presidente e srs. deputados, o debate que fizemos hoje de manhã na comissão de Segurança Pública acerca da questão

Bombeiros Militares versus Bombeiros Voluntários. É um debate já de seis ou sete anos neste Poder, que não teve até hoje uma solução.

A comissão de Segurança Pública está fazendo esse debate há três semanas e na semana passada a procuradora de Justiça, dra. Walquíria Danielski, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, apresentou uma proposta, que hoje seria avaliada pela comissão, após a oitiva das entidades e instituições da área.

A reunião ocorreu na sala das comissões, às 10h, e para surpresa de quase todos, poucos gostaram da proposta apresentada pelo Ministério Público, a começar pelos representantes dos chamados Bombeiros Voluntários, que disseram que não estavam de acordo com a proposta e que defendiam a aprovação da PEC n. 0001/2012, que tramita na comissão de Constituição e Justiça.

Outras entidades se manifestaram, como os Bombeiros Comunitários, dizendo que a pauta não lhes interessava porque isso estaria resolvido com a legislação existente, que bastava que todos a cumprissem, como também a Constituição Federal, a Constituição de Santa Catarina e a lei federal que regulamenta os trabalhos e o serviço do voluntariado, porque, segundo alegação do Corpo de Bombeiros Militar, ela não é cumprida pelos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina. Já o representante da OAB desaconselhou o encaminhamento da proposta, alegando que afetaria a Constituição Federal.

Em meu ponto de vista, o cerne da questão é o fato de os chamados Bombeiros Voluntários, em algumas cidades como Joinville, Concórdia, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul e Caçador - espero não estar cometendo injustiça - terem uma posição de fundo filosófico, pois entendem que têm poder capaz de competir e equivaler ao poder do estado, de forma a não aceitar que o Corpo de Bombeiros Militar entre no município para fazer o trabalho que é de sua competência.

Diante disso, temos de fato um problema, mas não terei tempo para aprofundar essa discussão, porque isso efetivamente afeta a organização do

estado, afeta os princípios constitucionais vigentes e afeta os princípios de conteúdo filosófico em defesa do que deve ser o estado numa sociedade como a nossa.

A proposta do Ministério Público, da qual apenas fiz menção e não tentei reproduzir, diz mais ou menos o seguinte: os Bombeiros Voluntários poderão, inclusive, fazer vistorias nas edificações etc., por delegação do poder municipal, mas o Corpo de Bombeiros Militar tem o poder de fiscalização, de normatização e de autuação. Ou seja, a proposta do Ministério Público, deputado Reno Caramori, é de que os Bombeiros Voluntários podem até fiscalizar se conveniados, aceitando a normatização e a fiscalização do estado, que seria feita pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Mas os Bombeiros Voluntários se insurgiram contra isso, porque não querem ser fiscalizados! E aí não dá para aprofundarmos o debate porque não pode existir nenhum órgão na sociedade brasileira que esteja livre de fiscalização! A própria Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são fiscalizados! Eu gostaria que existisse controle social sobre todas essas instituições, mas não é o que acontece.

Todos os anos o Exército vai aos quartéis, à reserva de armamento, a uma formatura, à sala do comandante etc. Por que teríamos no estado de Santa Catarina uma instituição chamada Bombeiro Voluntário, em que nenhum órgão do estado pode fazer a mesma fiscalização?

Então, o que entendemos? Se o Bombeiro Voluntário concordar com a possibilidade de ser fiscalizado, normatizado pelo ente público, que é o Bombeiro Militar, resolvemos o problema e a proposta do Ministério Público aponta nessa direção.

Nós continuamos acreditando na possibilidade de construir esse consenso e continuaremos aguardando, enquanto eles fazem as reuniões, nas próximas semanas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, quero saudar a colega Zelir, que faz uma visita a esta Casa Legislativa, juntamente com a família, e saudar todos que estão na Assembleia Legislativa.

Lemos hoje na manchete do *Diário Catarinense*, deputado Dirceu Dresch, que uma delegacia de polícia em São José foi atacada! A central de polícia onde são feitos os BOs foi vítima, na madrugada de ontem, de 25 tiros disparados por marginais. Esse ataque não é contra uma delegacia de polícia apenas, é contra o estado, é contra a justiça, é contra o cidadão, e é importante que o estado dê uma resposta, coíba esses atos e receba efetivamente o apoio da sociedade.

Mas a verdade é que a nossa segurança é a melhor do Brasil e tem dado a resposta quando ocorre esse tipo de ataque contra a democracia, contra o cidadão, porque, imaginem v.exas., se o marginal não respeita a instituição pública que pratica a segurança, que pratica a justiça e ataca uma delegacia de polícia, o fórum, o Ministério Público, os órgãos de todo o estado, ele não vai respeitar nunca a casa do cidadão, não vai ter o menor receio de atacar as pessoas, os cidadãos.

Verificamos pela imprensa também que a Deic, com muita eficiência, prendeu os suspeitos de ataques a um caixa eletrônico no município de Luis Alves. Houve confronto, houve troca de tiros, mas não houve nenhuma morte, felizmente. Um marginal ficou ferido, mas não houve mortos. Mas se não houver uma resposta da polícia, a sociedade vai ficar à mercê da criminalidade.

Quero dizer isso para homenagear a segurança pública do estado de Santa Catarina, homenagear os policiais civis e militares, homenagear o delegado Cláudio Monteiro e toda a equipe da Deic pelo trabalho que têm feito e pela resposta que têm dado à sociedade catarinense.

Houve algumas críticas ao delegado Cláudio Monteiro, porque ele disse que os bandidos que viessem para o enfrentamento, para tirar a vida dos homens que fazem a segurança do nosso estado, aqui receberiam a devida resposta. E tem que ocorrer essa segurança, porque em São José dos Cedros, há poucos dias, ocorreu uma explosão no Banco do Brasil de madrugada, que destruiu todo o prédio. Isso já faz quase 60 dias. O local ainda está interditado, porque foi uma explosão tão grande que se aquele imóvel tivesse algum tipo de residência anexa, como um edifício de apartamentos, poderia até ter ocorrido vítimas fatais.

Quero dizer isso porque lemos na coluna do jornalista Moacir Pereira uma manifestação de reconhecimento pelo trabalho da Segurança, pelo que os policiais estão fazendo. A matéria tem o título "Uma polícia eficiente", e diz o seguinte:

"Data para anotar e comemorar. Num só dia, boas notícias na área da segurança pública e de combate à criminalidade. Começou com a redução em 11,8% do número de homicídios dolosos no primeiro semestre em todo o estado. Seguiu com a prisão de um casal de traficantes na ilha, flagrado por um cão farejador. Veio depois a informação de que o Deic havia apreendido um bandido com uma submetralhadora na Rodoviária Rita Maria, depois do merecido destaque à prisão e morte de integrantes de uma quadrilha que explodia caixas eletrônicos. E oxigenou a sensação de segurança do cidadão com duas fortes declarações de autoridades policiais.

A primeira partiu do delegado-geral da Polícia Civil, Aldo Pinheiro d'Ávila, proclamando que a prisão dos criminosos que atentaram contra a delegacia de São José - a nota destoante do auspicioso noticiário - 'era questão de honra para a polícia catarinense'. Fundamentou a precedente determinação com uma constatação realista: o atentado não foi contra a polícia, mas contra o cidadão.

A segunda, ainda mais animadora à população, veio do diretor-geral da Deic, delegado Cláudio

Monteiro. Com voz firme e elogiável disposição no combate à bandidagem, mandou o forte recado: 'Se vierem para Santa Catarina, serão presos. Se vierem para o confronto, serão mortos'.

Para encerrar o dia com chave de ouro, a manifestação de integral de solidariedade do Ministério Público Estadual a todo um esquema de segurança do estado.

Era o que os catarinenses estavam precisando ouvir. Os criminosos andam audazes demais. Passaram dos limites. E não apenas em relação aos caixas de bancos, cujas explosões espalham pânico em pequenas comunidades e grandes cidades. [...]”[sic]

Depois o jornalista Moacir Pereira também descreve os avanços na Segurança Pública, as operações vitoriosas no combate ao crime, os equipamentos que têm sido comprados e, principalmente, a formação de novos policiais civis militares pelas duas academias, o que é muito importante.

Então, esse registro é elogiável porque o policial muitas vezes se sente oprimido. De um lado, a criminalidade, de outro lado, a sociedade cobrando respostas. Além disso, o policial precisa também de motivação, de palavras de apoio, de reconhecimento de que está fazendo aquilo que tem que ser feito no combate à criminalidade em nosso estado. O policial não pode sentir-se desprotegido, mas muitas vezes se sente. De um lado, a cobrança justa da sociedade que quer segurança e de outro, a falta de reconhecimento em suas ações. Em outros momentos, quando precisa ser mais enérgico na prisão de um marginal, é acusado de arbitrário, de usar indevidamente, de forma excessiva, a força.

Queremos lamentar esses fatos porque a criminalidade está solta, está desrespeitando a lei, a ordem, o estado e, principalmente, o cidadão catarinense. Mas devemos elogiar os policiais tanto quando age de maneira firme e positiva contra o criminoso, como quando procede às necessárias investigações. Quantas prisões já ocorreram nos últimos meses antes que ocorressem

os crimes, antes que quadrilhas assaltassem bancos, explodissem caixas eletrônicos.

Por isso, srs. deputados, é necessário o reconhecimento e o apoio da sociedade catarinense ao trabalho firme e eficiente do policial no combate à criminalidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Na ausência da representante do PCdoB, passaremos ao horário reservado ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que acompanham a nossa sessão, como presidente da comissão de Segurança Pública coube-me a difícil missão de conduzir um requerimento do deputado Kennedy Nunes, aprovado por todos os srs. deputados, no sentido de antecipar o debate a um dos assuntos mais polêmicos neste momento, nesta Casa, que envolve os Bombeiros Voluntários e os Bombeiros Militares.

A PEC n. 0001, que está tramitando na comissão de Constituição e Justiça, está com o deputado José Nei Ascari para o seu parecer final. E queremos agradecer a compreensão da comissão de Justiça, através do presidente Romildo Titon, por estar aguardando os encaminhamentos da comissão de Segurança no intuito de tentarmos construir um modelo que possa atender a ambas as instituições, para que elas continuem prestando um grande serviço ao nosso estado e aos cidadãos.

Para esse debate, convidamos alguns órgãos e entidades, especialmente a secretaria de Segurança Pública, o comando do Corpo de Bombeiros Militar, a secretaria de Defesa Civil e também a Procuradoria-Geral do Estado, que, lamentavelmente, não se fez presente. Convidamos

também a Associação dos Bombeiros Voluntários, a Fecabom e a OAB.

É claro que a participação do Ministério Público é importante, e ousou dizer que, de forma histórica, participa na Casa de um debate, colocando-se à disposição para auxiliar, dentro da sua visão, no sentido de que não cometamos inconstitucionalidades e ilegalidades e que possamos seguir com esse modelo que para todos é um modelo diferenciado e vencedor, por tantos bons serviços que tem prestado, através do Corpo de Bombeiros Militar, do Corpo de Bombeiros Voluntários e do Corpo de Bombeiros Comunitários, em várias cidades do nosso estado.

Mas é preciso ter definidas claramente as suas atribuições, em busca, é claro, da possibilidade de obterem recursos para atender às suas demandas, pois todos sabem que não é possível desenvolver esse trabalho sem apoio e recursos públicos.

Diante disso, quero agradecer aos deputados da comissão, especialmente ao deputado Kennedy Nunes, que foi o autor do requerimento, acompanhado pelos deputados Sargento Amauri Soares e Maurício Eskudlark, que são membros efetivos da comissão. Mas hoje também estiveram presentes os deputados Neodi Saretta, Carlos Chiodini e Aldo Schneider, que muito contribuíram.

Mas houve um fato lamentável, sr. presidente, que quero aqui antecipar. O deputado Darci de Matos não está presente neste momento, mas ele me fez um relato do ocorrido ainda há pouco. Isso não condiz com a democracia e com o espírito construtivo da reunião. O deputado Darci de Matos, no seu direito livre de se manifestar, participou da reunião, colocou o seu posicionamento, mas foi agredido moralmente por uma autoridade militar. E não estou aqui antecipando, pois o deputado virá à tribuna e dirá o nome de quem o ofendeu moral e quase fisicamente. De qualquer forma, isso não condiz com o espírito que vivemos na Casa, com o espírito que deve nortear o comportamento de todos. A democracia permite que haja os pró e os contra, e cada um tem o direito de se manifestar. Mas jamais alguém pode ser ofendido ou até, quem

sabe, agredido por dizer o que pensa, por se posicionar.

Então, deixo essa manifestação, como presidente da comissão, a quem cabe coordenar os trabalhos. A reunião foi altamente produtiva e no final houve o encaminhamento de que haverá uma reunião técnica entre o Ministério Público, a Fecabom, a Associação dos Bombeiros Voluntários e o Corpo de Bombeiros Militar na próxima semana, na quarta-feira, quando então, aí, sim, sairá uma proposta definitiva para encaminharmos à comissão de Constituição e Justiça e termos esse assunto resolvido de forma definitiva para o bem de Santa Catarina, do Parlamento e das instituições.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Ouço v.exa., que também participou da reunião.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, sobre esse debate, gostaria de solicitar ao sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, que concedesse um tempo maior para o debate, pois esse é um assunto sério.

Conversei há pouco com o deputado Sargento Amauri Soares e posso afirmar que no Parlamento podemos discutir e esbravejar, tendo em vista a democracia. Eu, como estudante, lutei pela democracia e defendi o debate das ideias, mas não a agressão física. Isso não existe! Este Poder deve ser respeitado! O respeito a esta Casa é o respeito à democracia! Quando se falta com respeito ao Parlamento, falta-se com o respeito à democracia.

Eu sempre digo uma coisa, deputado Gilmar Knaesel: Parlamento fraco é democracia no buraco! Se houve um fato desses, ele deve ser comunicado ao comando-geral. Esse deve ser um fato isolado e não representa, em hipótese alguma, a Corporação dos Bombeiros Militares, porque eu a conheço. Agora, tem que ser comunicado ao comando-geral e há necessidade de punição de quem praticou o ato! Há necessidade de uma punição, sim, deputado Gilmar Knaesel, porque este Parlamento tem que ser respeitado!

Eu quero deixar bem claro isso porque defendo a democracia. Acho que esta Casa é a essência da democracia, e na hora em que começarem a faltar com respeito ao Parlamento, aí a coisa começará a ficar feia e a democracia começará a ficar fraca!

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Eu vi a sinalização do deputado Sargento Amauri Soares, que é na mesma linha e acho que cabe ao deputado Darci de Matos vir a esta tribuna, e ele virá, fazer a denúncia oficial, formal.

Eu sei que esse foi um fato isolado de uma pessoa que não representa a corporação, mas não podemos mais admitir que neste Parlamento, na nossa Casa, onde todos são bem-vindos para participar dos debates...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e srs. assistentes, quero fazer o registro da presença nesta sessão do presidente da Câmara de Vereadores de Concórdia, Leocir Domingo Zanella, que veio para uma importante audiência pública, hoje, sobre saúde, realizada nesta Assembleia Legislativa, através da nossa comissão de Saúde.

É justamente sobre saúde, srs. presidente e srs. deputados, que gostaria de fazer alguns comentários na fala desta tarde, já que no próximo sábado, dia 7 de abril, é comemorado o Dia Mundial da Saúde. Esse é um tema importante e fundamental e achamos conveniente fazer alguns registros sobre esse assunto que temos abordado com certa frequência na Casa.

Em primeiro lugar, quero discorrer sobre o Dia Mundial da Saúde, que foi criado em 1948 pela Organização Mundial da Saúde, em virtude da preocupação de seus integrantes de manter saudáveis as pessoas no mundo, bem como as alertar sobre os principais problemas que podem atingir a população.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, ter saúde é garantir a condição de bem-estar das pessoas, envolvendo os aspectos físico, mental e social em harmonia.

Esse dia 7, sr. presidente e srs. deputados, não é apenas um dia a mais desses tantos comemorativos que temos, é, acima de tudo, um momento de reflexão, análise e discussão de como anda a saúde em Santa Catarina, quais as ações desencadeadas pelo poder público das três esferas, municipal, estadual e nacional, bem como a aplicação dos recursos a ela destinados.

Não é de hoje que temos defendido que os recursos que atualmente são aplicados na saúde de maneira geral não são suficientes, além do que nem sempre bem empregados. Há uma discussão sobre a elevação dos percentuais destinados à saúde. Aqui mesmo, em Santa Catarina, dos 12% destinados à saúde, sabe-se que parte foi gasta com despesas que não são classificadas como relativas à saúde. E citamos como exemplo o pagamento dos inativos, fato que esta Casa corrigiu aprovando uma emenda constitucional proibindo essa prática.

Existem também questões relacionadas ao financiamento da saúde. Há, inclusive, uma campanha no sentido de modificar uma lei recentemente aprovada no Congresso Nacional, que destina recursos para a saúde: a regulamentação da Emenda n. 29, que frustrou as expectativas da maioria. Há ainda a discussão feita pelos prestadores de serviço sobre a tabela do SUS, que se encontra defasada e que precisa, de forma imediata, ser corrigida.

Fechar os olhos, por exemplo, para os problemas recorrentes, como a falta de estrutura dos hospitais e de profissionais especializados em todas as regiões, principalmente no interior, é

regredir em tudo o que já foi feito em termos de saúde.

Dizemos isso porque nós, ainda hoje, nessa audiência pública, presenciamos representantes de hospitais falando da dificuldade de manutenção dos seus serviços. Além do que, quando falamos em saúde, e esse é mais um motivo para refletirmos no dia 7 de abril, temos que pensar não somente na saúde curativa, mas também nas ações preventivas. Nós já aprovamos projetos nesta Casa que ajudam nesse aspecto, como é o caso de um de autoria deste deputado, que instituiu a Semana Estadual de Prevenção e Combate às Hepatites. Essa é uma questão séria e preocupante em todo o Brasil, mas mais ainda em Santa Catarina, pois há regiões com alta incidência da doença, como é o caso do oeste, que se equipara à região amazônica em termos da incidência da hepatite B.

Outro fato importante que nos faz refletir nessa data é a questão desumana de termos que submeter pacientes a fazer deslocamentos, às vezes de 500km, para buscar atendimento na capital, quando nas suas próprias regiões poderiam ser atendidos se os hospitais estivessem melhor equipados e tivessem mais recursos.

Quero, portanto, neste espaço, reafirmar a opinião de que o Sistema Público de Saúde padece com a falta de recursos, incluindo a falta da estrutura mínima necessária para garantir a saúde. E é bom que se diga que quando falo em atendimento à saúde, refiro-me ao fato de que todas as esferas de governo têm que estar em consonância, pois somente assim teremos perspectivas melhores.

Por fim, sr. presidente, faço novamente um apelo para que o percentual de recursos destinados à saúde em Santa Catarina seja revisado. Não é mais possível continuar atuando em termos de saúde apenas com os recursos hoje destinados.

Esta Casa, no ano passado, aprovou o projeto Revigorar 3, e lá consta um dispositivo, articulado e discutido nesta Casa e encampado pelo governo, segundo o qual os recursos arrecadados oriundos deveriam ir para a saúde e não computados nos 12% constitucionais.

Acho que essa foi uma iniciativa importante, pois cerca de R\$ 200 milhões foram arrecadados para essa finalidade. Esperamos agora a sua efetiva aplicação, já que, conforme demonstrado hoje, algumas questões ainda estão pendentes, como é o caso do mutirão das cirurgias eletivas, que foi anunciado com muita pompa, mas que ainda encontra dificuldades na implementação correta, inclusive sob o ponto de vista dos pagamentos.

Portanto, faço este registro para dizer que no dia 7 de abril, data em que se comemora o Dia Mundial da Saúde, é o momento oportuno para refletir e buscar alternativas que possam melhorar a vida de todos os catarinenses.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, queremos fazer outro registro, porque o dia 7 de abril, que é sábado, não marca apenas o Dia Mundial da Saúde, marca também o Dia Nacional do Jornalista.

Assim, quero parabenizar todos os profissionais e aqueles que futuramente serão profissionais dessa área, por essa importante data, que está carregada de um simbolismo nobre.

Portanto, o Dia Nacional do Jornalista é comemorado no Brasil nessa data em homenagem ao médico e jornalista - e vejam que coincidência - João Batista Líbero Badaró.

Por fim, sr. presidente e srs. deputados, como estamos na semana da Páscoa, quero desejar que essa data sirva para todos como um momento de reflexão sobre as ações que temos que fazer no nosso dia a dia para melhorarmos a vida do nosso povo.

Uma boa Páscoa a todos!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, cumprimento todos os nossos funcionários que dão sustentação a

este Parlamento, principalmente no horário de sessão no plenário.

Sr. presidente, uso a tribuna neste dia um pouco acanhado, mas as coisas vão acontecendo e devem ser registradas, até porque quero dividir com os mais de 4.500 bombeiros voluntários que atuam em Santa Catarina as honrarias que recebi em São Paulo, na noite de ontem.

Esses mais de 4.500 bombeiros voluntários têm, com certeza, um pedacinho da placa que recebemos em São Paulo pelos mais de 40 anos de luta em favor dos Bombeiros Voluntários e de todas as corporações de bombeiros de Santa Catarina. Tenho certeza de que os bombeiros de Santa Catarina têm uma parte, meu líder Sílvio Dreveck, da placa que recebemos ontem, juntamente com outros companheiros, que passarei a nominar para que fique registrado nos anais desta Casa.

Essa homenagem é um trabalho do grupo Cipa, de São Paulo, que há alguns anos vem pesquisando quem luta pela segurança no trabalho, contra incêndios, enfim, na segurança do cidadão.

(Passa a ler.)

"Instituído em 2001, o Prêmio Destaque de Prevenção e Combate a Incêndio outorgado pela revista *Incêndio* tem como objetivo homenagear os que se destacaram na luta diária em prol do setor. Os vencedores são escolhidos por meio de votação, em três etapas.

Na primeira etapa, os leitores da revista *Incêndio* e internautas indicam os nomes dos profissionais que se destacaram durante o ano anterior à premiação. Essa escolha ocorre por meio de fichas encartadas na revista e também pela *internet*. Nesse espaço é montado o quadro de indicados.

Na segunda, os nomes são apresentados às entidades do setor, que selecionam dez profissionais. Na terceira e última etapa, os vencedores das edições anteriores escolhem os nomes que devem ser agraciados com a premiação."

Este deputado também fez parte dessa escolha, juntamente com o sr. Luiz Carlos Ducci, engenheiro especialista em projetos de segurança contra

incêndios em usinas de açúcar e álcool, na modalidade de Sistema de Combate a Incêndio por Espuma. É uma pessoa extraordinária, que tem uma experiência muito grande.

Outro bombeiro voluntário agraciado foi Jaime Júnior Moser, comandante do Corpo de Bombeiros Civil Voluntário, formado para atender aos municípios de Ascurra, Apiúna e Rodeio, que é diretor-tesoureiro da Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina.

Foi também agraciada com o mesmo troféu Tânia Nunes, bombeira civil voluntária e educadora, coordenadora do grupo de Bombeiros Mirins do Corpo de Bombeiros Voluntários de Jaraguá do Sul.

Outro homenageado foi o dr. Moacir Thomazzi, empresário, integrante da Associação Comercial e Industrial de Joinville e presidente da Associação do Corpo de Bombeiros Civil Voluntário daquele município, que tem conduzido os destinos da primeira instituição do gênero de Santa Catarina e que tem mais de 120 anos.

Por isso, quero dividir com essas pessoas e com os mais de 4.500 mil bombeiros voluntários de Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck, que prestam o seu trabalho em prol da sociedade catarinense.

Eu recebi o troféu das mãos do coronel do Exército, dr. Paulo, conhecido em Santa Catarina, que preside as associações do gênero no Brasil. Portanto, foi uma cerimônia muito concorrida. E outras áreas foram premiadas, todas voltadas à segurança, quer contra incêndio, quer na prevenção de acidentes nos locais de trabalho. Enfim, foi uma homenagem muito bonita com pessoas de todo o sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Mas Santa Catarina foi o estado mais representado, inclusive com uma delegação que foi formada por todos os maiores municípios do estado.

A ABVESC mandou o seu representante, que recebeu o prêmio em nome de Moacir Thomazzi e lá elevamos em alto e bom som o nome da Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina que, inclusive, é muito conhecida em São Paulo no setor de segurança, tanto é que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Parabéns, deputado Reno Caramori!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, vou dividir o tempo do partido com o deputado Maurício Eskudlark.

Eu gostaria, inicialmente, de registrar a satisfação que tivemos, ontem, de participar como conferencista na audiência pública Jaguaruna Sem Drogas, organizada pela Câmara de Vereadores daquele município, através do seu presidente, vereador Alício da Cruz Bittencourt, com a presença do ex-deputado Vânio de Oliveira, nosso colega de caminhada, também com a presença do palestrante Mark Kin, que veio da Coréia do Sul e está fazendo um projeto pela região sul de Santa Catarina.

Levantamos algumas informações, fizemos uma radiografia também da questão do combate às drogas e da prevenção no sul do estado de Santa Catarina.

O ex-deputado Vânio dos Santos foi um dos fundadores do Desafio Jovem de Criciúma, aliás, a primeira comunidade terapêutica de Santa Catarina está completando 27 anos.

Tivemos a oportunidade de discutir, de debater, com a presença do prefeito, da promotoria, do delegado, dos servidores da segurança pública, a questão das drogas no sul do estado, de forma específica no município de Jaguaruna, com alguns encaminhamentos, anexando ao nosso relatório da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Antes de passar a palavra ao deputado Maurício Eskudlark, quero cumprimentar os radiouvintes, os telespectadores, que estão na véspera de mais uma Páscoa, que é uma data magna do cristianismo.

Acredito que não bastaria o Jesus Cristo ter vindo à Terra, se não tivesse ocorrido a ressurreição. E é isso que a Páscoa traduz, ou seja, a *pessach* dos hebreus, o transpor, o ir adiante. Essa é a mensagem que a Páscoa nos traz.

Lembro que há mais de duas décadas tive a oportunidade de fazer uma aventura com alguns colegas, ocasião em que, com mochila nas costas, chegamos até Israel, até a Palestina. Lembro também que quando chegamos ao local onde os arqueólogos apontam como o provável túmulo de Jesus, uma das coisas que me chamaram a atenção, deputado Neodi Saretta, é que na entrada daquele túmulo não há mais uma pedra, há uma porta de madeira com uma placa com a seguinte frase: "*He is not here - He is risen*", que quer dizer; "Ele não está aqui, Ele já ressuscitou". E essa é a proposta da mensagem de Páscoa do cristianismo, porque Cristo vive, e nós temos esperanças, expectativas, horizontes não apenas para essa vida, mas, sobretudo, para a vida eterna.

Por isso, aos srs. deputados, aos nossos telespectadores, a todo o povo catarinense uma feliz Páscoa e que de fato Cristo vivo possa estar presente em nossa caminhada, em nossa biografia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero, inicialmente, agradecer ao deputado Ismael dos Santos e também ao nosso partido, de cujo horário estamos agora dispondo.

Nós temos conversado um pouco, principalmente na comissão de Segurança Pública, sobre a questão da mobilidade urbana e estamos vendo uma verdadeira guerra contra a Universidade Federal de Santa Catarina pela doação de uma área de 800m para a duplicação da rua Edu Vieira na capital. Como disseram alguns jornalistas, os catarinenses têm que analisar friamente a questão, porque não

se pode jogar a população contra a UFSC, uma instituição que tanto tem feito pelo estado e pelo país.

O deputado Edison Andrino, que já foi prefeito da capital e bem conhece esta terra, sabe que tem que haver um estudo mais complexo, até pela posição geográfica de Florianópolis, que enfrenta problema sério de mobilidade urbana. A duplicação da rua pode resolver o congestionamento naqueles 800m, mas só vai jogá-lo mais para frente. Então, não adianta de nada!

Portanto, em vez de escolhermos a UFSC como culpada ou para Cristo, como se diz, vamos buscá-la para parceira, através dos seus engenheiros, dos seus professores, dos seus especialistas, dos seus doutores, para apoiar o desenvolvimento harmônico da capital e do trânsito de Florianópolis.

Também gostaria de aproveitar o horário do nosso partido para registrar o reconhecimento ao governador Raimundo Colombo, que amanhã estará assinando alguns atos importantes na região de Caçador, Joaçaba e Lages. Em Joaçaba, às 10h, assinará o projeto encaminhando a regularização das regiões metropolitanas do estado de Santa Catarina.

Essa é uma vitória, deputado Neodi Saretta, das duas regiões que hoje se encontram em disparidade com referência às demais regiões do estado no que tange à distribuição de verbas que são específicas para regiões metropolitanas, das quais 94 municípios de Santa Catarina estão excluídos. Com o projeto do governador Raimundo Colombo, teremos a criação da região do Contestado, com 45 municípios, e da região do extremo oeste catarinense, com 49 municípios.

Dessa forma, haverá igualdade e justiça, por exemplo, no programa Minha Casa, Minha Vida, pois em todas as regiões do estado o cidadão terá o mesmo limite de crédito, o que entendo ser um avanço muito importante para o extremo oeste e para a região do Contestado.

Essa solução foi provocada por esta Casa Legislativa. Aqui tramitou um projeto de autoria

do deputado Gelson Merisio, nosso presidente, fazendo uma alteração nas regiões metropolitanas. O deputado Mauro de Nadal apresentou uma emenda. Nós fizemos uma emenda substitutiva global, que foi aprovada por unanimidade. À época houve o veto por vício de origem, mas agora o Executivo apresentou projeto regularizando a situação.

Também quero registrar, e já falei ontem, a realização do 13º Rodeio Nacional e Internacional realizado em Maravilha, no CTG Juca Ruivo, numa festa muito bonita. O CTG fez grandes investimentos naquele espaço e as empresas, as famílias, enfim, todos se confraternizam.

Há os torneios de laço; para a gurizada há os torneios de vaca parada, ocasião em que se vê a disciplina, o respeito das crianças durante a competição, algo extremamente salutar.

Eu tenho dito que se a nossa comunidade convivesse com a organização, com o respeito que se encontra nesses eventos de tradicionalismo no estado de Santa Catarina, a sociedade melhor catarinense seria mais justa, seria melhor.

Parabenizo a patronagem do CTG Juca Ruivo, o patrão Aldérico Biasi e todos os membros da patronagem, pelo que fizeram e pelo exemplo de evento, de organização e de participação.

A RBS de Porto Alegre mostrou uma reportagem sobre a força que o tradicionalismo está ganhando novamente no sul do Brasil e o quanto isso contribui para uma melhor convivência.

Para finalizar, desejo a todas as famílias uma feliz Páscoa, muita paz, muita alegria, muita confraternização em mais um momento para repensarmos o nosso dia com muita alegria e muita fé em Deus.

Nada é por acaso nessa vida, tenho essa filosofia. Deus sabe por quê. E muitas vezes teimamos, não sabendo o porquê de certos atos, de certos acontecimentos, mas no final acabamos reconhecendo e vendo que tudo que ocorre tem um porquê, tem a mão de Deus.

Desejo uma feliz Páscoa a todos e que Deus abençoe todos os catarinenses!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado ao Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria apenas de dizer que estou muito feliz porque neste domingo de Páscoa vamos poder fazer algo muito importante: vamos entregar, no município de Xanxerê, um laboratório de informática no Lar de Meninos da Igreja Batista. À tarde vamos estar, deputado Dado Cherem, na cidade de Sul Brasil, inaugurando também um laboratório do projeto Passaporte Digital. À noite estaremos em Palmitos entregando mais um laboratório com recursos do Fundo Social, um projeto que lançamos no ano passado.

Conseguimos implementar no estado de Santa Catarina, sr. presidente, 49 laboratórios de informática através de entidades assistenciais, culturais e associações de moradores, para dar inclusão digital às pessoas principalmente na idade adulta e na terceira idade.

É um programa muito legal, que recebeu apoio do governo do estado e que foi concebido e gerido pela minha equipe de mandato. Nós estaremos, portanto, entregando mais um laboratório na cidade de Xanxerê, no domingo pela manhã; à tarde, no município de Sul Brasil, e à noite, na cidade de Palmitos, a fim de que mais pessoas possam participar do mundo digital que estamos vivenciando. E como exemplo vejo o deputado Edison Andrino usando o seu *smartfone*. É muito legal, deputado, ver v.exa. dominando essa tecnologia.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Findo o horário reservado aos Partidos Políticos, suspenderemos a presente sessão e retornaremos exatamente às 16h, para a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

As mensagens de veto que regimentalmente vieram para a pauta, novamente serão retiradas, pois ainda estão pendentes da construção de acordo para a votação, o que deverá ocorrer no máximo até a próxima semana. Caso contrário, vamos deliberar da mesma forma.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0036/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública o Instituto Barriga-Verde, com sede no município de Taió.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0437/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a Associação Quilombola Comunidade Morro do Boi, com sede no município de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0516/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação dos Piscicultores de Rodeio.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Lei n. 0018/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui o Dia Estadual do Manezinho no calendário oficial do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0031/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos e produtos destinados à emissão de raio laser no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global a fls. 36 e 37.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o substitutivo global.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar que hoje pela manhã, na comissão de Segurança Pública, quase fui agredido. Se não fossem os funcionários deste Parlamento, o Neroci e o Garcia, eu teria sido agredido por um tal de coronel Mauro, do Corpo de Bombeiros Militar - e soube que ele já tem na sua ficha uma agressão, inclusive, ao comandante. Além disso, tentou desarticular toda a pauta da reunião da comissão de Segurança Pública, interferindo e batendo boca com o nosso presidente, deputado Gilmar Knaesel.

Então, quero deixar registrada a tentativa de agressão do coronel Mauro, do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Sei que se trata de uma atitude isolada, porque a corporação é decente, educada, preparada e respeita o Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro e a Casa tomará as medidas oficiais cabíveis ao fato.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, na mesma linha, quero colocar que o ato desse coronel não representa o comportamento da corporação. A corporação é séria, tranquila e orgulha o estado de Santa Catarina.

Mas esse fato é muito perigoso, sr. presidente. Acho que a Mesa Diretora precisa tomar uma posição, encaminhar uma manifestação de repúdio ao comando, senão daqui a pouco estaremos sujeitos a não poder expressar o que pensamos.

Este é o Parlamento, onde se pratica a democracia, onde as idéias são debatidas. Aqui não é um ringue e a Mesa, repito, precisa tomar uma posição clara sobre o acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estou absolutamente convencido de que fatos como esse não podem ocorrer, especialmente praticado por uma autoridade policial graduada. A Casa irá tomar todas as providências de forma oficial, inclusive com a abertura de inquérito administrativo. Não é possível convivermos com esse tipo de situação, até porque é um precedente que não pode ser aberto, uma vez que aqui várias matérias são deliberadas.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, há pouco usei a tribuna lamentando esse fato e solidarizando-me com o deputado Darci de Matos. Penso que essa é uma questão dos 40 deputados, especialmente da Mesa Diretora e da Presidência. As pessoas vêm aqui para contribuir, para participar de forma aberta e democrática e não para xingar o deputado, ofender sua honra ou até agredi-lo fisicamente. É necessária uma medida exemplar, porque hoje foi com o deputado Darci de Matos e amanhã poderá ser com qualquer um de nós. Não podemos admitir mais isso neste Parlamento, que é a Casa do Povo. Todos têm que saber que aqui trabalham 40 deputados eleitos pelo voto direto, que têm o direito de se manifestar a favor ou contra qualquer matéria, porque isso faz parte da democracia. O deputado Darci de Matos se manifestou de forma muito correta, como é do seu perfil. Não podemos admitir que a pessoa que participa de uma audiência pública ofenda qualquer deputado. E houve até tentativa de agressão física, que não se consumou em virtude da intervenção de algumas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência comunica que encaminhará aos

destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s 0131/2012; 132/2012 e 0133/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero apenas reforçar que os agricultores familiares do oeste atingidos pela estiagem - e em todo o estado há municípios entrando em estado de emergência - precisam de um programa arrojado de investimento para a construção de reservatórios de água. Estamos propondo que o estado, no mínimo, isente do ICMS os insumos para a construção.

Como não podemos promover a renúncia de recursos, propusemos um projeto de lei relativo tanto às cisternas, quanto ao Troca-Troca, já que os agricultores estão perdendo também a safrinha.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0297/2012 e 0303/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0298/2012, 0299/2012, 0300/2012, 0301/2012 e 0302/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0304/2012 e 0305/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0306/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; e 0307/2012 e 0308/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Moção n. 0010/2012, de autoria do deputado Antonio Aguiar, a ser enviada ao ministro dos Transportes, apelando pela construção de elevado no entroncamento das BR-116 e BR-280, no município de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, às 10h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.